



CDS-PP – Açores

Palavra Parlamentar

Folha Informativa do Grupo Parlamentar do Partido Popular
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

N.º 20

Abril de 2006

ASSUMO O COMPROMISSO DE EXERCER AS FUNÇÕES DE DEPUTADO COM EMPENHO E FRONTALIDADE LUTANDO PELAS LEGÍTIMAS EXPECTATIVAS DOS AÇORIANOS

Na primeira intervenção após o regresso à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Setembro de 2005, afirmei, em Plenário, que voltava, depois de ter exercido funções, durante alguns meses, no ano de 2003, tendo levado boas recordações, feito amizades e exercido o mandato o melhor que podia e sabia.

Renovo aqui as saudações ao Sr. Presidente da Assembleia e a todas as senhoras e senhores deputados, bem como aos Senhores Membros do Governo, desejando sinceramente a todos, que cumpram os seus mandatos em proveito dos açorianos e contribuindo para o desenvolvimento dos Açores.

Também quero deixar aqui expresso, como o fiz na Assembleia, que assumo as funções de deputado, que exercerei com empenho, rigor e frontalidade, na defesa intransigente dos direitos dos açorianos, lutando para que se realizem as suas legítimas expectativas, mas tudo no estrito cumprimento da ética política.

A “Palavra Parlamentar” será um dos instrumentos para dar a conhecer – ainda que o tenha de ser de forma resumida – quais as principais iniciativas e tomadas de posição do CDS/PP na Assembleia, as quais poderão ser também acompanhadas através do Site do CDS/PP – Açores na Internet, bem como pelos meios que em cada caso sejam mais apropriados.

Os deputados exercem funções em nome dos eleitores e precisam permanentemente manter-se informados sobre os problemas que afectam cada ilha dos Açores. Farei o esforço possível por consegui-lo, mas apelo aos eleitores em geral, aos autarcas e em especial às estruturas, militantes e simpatizantes do CDS/PP, para que tomem a iniciativa de me informar, pessoalmente, por escrito, ou telefonicamente através do n.º 295 216 581, do que entenderem por conveniente para o exercício do mandato.

O Governo tem um Programa que é o da maioria escolhida pelos açorianos e não podemos exigir que cumpra o Programa do CDS/PP, o qual seria diferente e melhor. Mas a oposição tem o dever de actuar com dignidade e de defender que se cumpra aquilo que foi prometido.

É o que faremos; e tanto melhor será com a participação e ajuda de todos.

Artur Lima

Palavra Parlamentar está de volta

Depois de um período em que foi necessário concentrar esforços em outras actividades de grande importância, a “Palavra Parlamentar” volta a publicar-se. Espera-se que esta e uma próxima edição levem aos eleitores a informação acumulada, retomando-se assim a normalidade.

Este projecto assume a responsabilidade de continuar uma caminhada, que já tendo nove anos, tem o objectivo de prestar contas do trabalho realizado pelo CDS/PP na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e de contribuir para o conhecimento e dignificação do trabalho parlamentar.

Renato Moura

REQUERIMENTOS APRESENTADOS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Dos requerimentos que têm sido apresentados no Parlamento dos Açores pelo CDS/PP, dá-se aqui conta dos principais assuntos a que se referiram:

ESGOTOS PARA O MAR, NAS FLORES

Estando a ser feitas as obras da chamada reabilitação da Vila de Santa Cruz das Flores, que não incluíram a construção de qualquer estação de tratamento de resíduos sólidos (ETAR), os esgotos da nova rede estão a ser feitos directamente para a orla costeira, nomeadamente para o Porto Velho, vocacionado para as pescas, mas também utilizado pela população, principalmente pelos jovens, para nadarem.

Foi requerida informação se a Câmara Municipal submeteu o projecto ao Governo, se o mesmo incluía a construção de estações elevatórias e de ETAR, como é que a Secretaria Regional do Ambiente tem permitido o atentado ambiental com consequências previsíveis e imprevisíveis ao nível da flora e da fauna marinhas e ainda que medidas tenciona tomar o Governo Regional, aos diversos níveis, mesmo tratando-se de uma Câmara Municipal socialista.

SERVIÇO REGIONAL DE SAÚDE

Considerando que importa avaliar o desempenho do Serviço Regional de Saúde, que é fundamental um rápido acesso dos doentes aos cuidados hospitalares e porque num período de escassez de recursos se torna necessária uma mais racional gestão dos meios humanos e financeiros, foi requerida informação ao Governo Regional, nomeadamente sobre a quantidade de utentes em lista de espera e tempo de espera previsível, nos diversos hospitais e por especialidade.

Foi ainda requerido que o Governo informe se ainda mantém os objectivos consagrados no Programa de Governo, nomeadamente o de adopção de critérios de eficiência e sobre se e quando prevê que possa ser atingida uma situação de listas de espera que possa ser considerada clinicamente aceitável e que garantias pode oferecer para tornar credíveis o que eram os seus próprios objectivos.

VOOS DA SATA EM DIA DE ELEIÇÕES

Face à desigualdade dos açorianos de algumas ilhas, que não dispõem de voos ao Domingo durante vários meses do ano, foi perguntado ao Governo se tem consciência dessa discriminação e se ao menos no dia das eleições de 9 de Outubro, tendo em conta o conhecido fenómeno da abstenção, faria voos para todas as ilhas.

MEDIDAS PARA REDUZIR DESEMPREGO

Em 2002 e 2003 o desemprego nos Açores manteve-se abaixo dos 3%, mas como em meados de 2005 já atingira o maior nível desde 1998, com um número de desempregados que então já mais do que duplicara em relação aos existentes em 2001, foi apresentado um requerimento em que foi solicitado ao Governo a explicação para o facto de os Açores, com mais de 4.740 desempregados, serem a região do país com maior taxa de crescimento.

Sabendo-se que os efeitos duma elevada taxa são mais graves na Região do que no território continental, dada a fragilidade da nossa economia, foi perguntado que medidas pensava o Governo implementar no sentido de atenuar o problema, na sua pior fase desde há sete anos, bem como quais as acções para maior integração no mercado do trabalho dos jovens com formação académica superior.

PROBLEMAS NAS LIGAÇÕES AÉREAS

Os passageiros das ilhas dos Açores, nas quais não existem “gateways”, confrontam-se com grandes dificuldades nas ligações aéreas para os diversos destinos no continente e igualmente no que se refere ao regresso, isto apesar do Programa de Governo consagrar como objectivo “prosseguir o esforço de melhoria das acessibilidades externa e interna” e de o Presidente do Governo ter vindo a anunciar, para as chamadas “ilhas da coesão”, diversas políticas destinadas a impulsionar o seu desenvolvimento.

Foi requerido um conjunto de informações ao Governo sobre possíveis medidas concretas e se considera aceitáveis as gritantes diferenças de tratamento para com as populações das diversas ilhas.

RENTABILIZAR AS UNIDADES DE SAÚDE

No requerimento apresentado recorda-se que foi o Presidente do Governo a afirmar que “a nova estratégia para a prestação dos cuidados de saúde às populações assenta numa lógica de complementaridade e racionalização de recursos humanos e técnicos” e que “as unidades de saúde que querem ter sucesso nos cuidados que prestam têm de saber gerir a mudança e ultrapassar as barreiras institucionais e administrativas que as isolam uma das outras e apelar à participação de todos os seus profissionais” e ainda que a prestação dos cuidados de saúde se deverá fazer “com maior grau de prontidão”.

Solicita-se depois um conjunto de informações tendo em vista apreciar se está a ser rentabilizado o Serviço de Estomatologia do Hospital de Angra do Heroísmo.

DISCUSSÃO DAS PROPOSTAS DE PLANO E ORÇAMENTO PARA 2006 **DOCUMENTOS DO GOVERNO IGNORAM A CRISE DOS SECTORES PRODUTIVOS**

Na primeira, das quatro intervenções que proferiu, na discussão do Plano e Orçamento para 2006, o Líder Parlamentar do CDS/PP começou por afirmar que “o Governo Regional apresenta propostas de Plano e Orçamento que baseia num diagnóstico optimista e numa perspectiva cor-de-rosa da situação económica e social, da qual o CDS/PP não partilha”, acrescentando que “a agricultura dos Açores perdeu a sempre apregoada batalha da diversificação”, que “a fileira do leite permanece amordaçada em limitativas contradições”, que o subsector da carne “se mantém na maior incerteza”, que as pescas “debatem-se com quebras significativas nas capturas” e “o comércio tradicional passa pela maior crise dos últimos anos”.

Depois de comprovar o crescimento do desemprego, referiu-se ao turismo, considerando que “o comportamento das taxas médias de ocupação é preocupante” e se verifica “uma desequilibrada distribuição da oferta do sector nas diferentes ilhas da Região” e algumas ilhas “revelam preocupantes indicadores”.

Artur Lima afirmou que “a situação de crise que se vive nos Açores também está espelhada nos sectores sociais, nomeadamente na educação e na saúde” e precisou que “na educação estranha-se que o investimento feito não se traduza nos resultados alcançados” e que “na saúde continuamos a assistir ao esbanjamento de milhões, gastando mais que os outros e tendo pior saúde que eles”.

Depois de um longo desenvolvimento sobre os valores do Plano, sobre a dívida directa e indirecta dos Açores, solicitou que o Governo esclarecesse, com limpidez, a tão falada dívida do Governo à Região.

O PS TEM GRANDE RESPONSABILIDADE PELA POLÍTICA DE SAÚDE

Artur Lima começou por dizer que “a saúde é um direito fundamental que deve ser promovido com equidade”, fazendo lembrar princípios consagrados pela Organização Mundial de Saúde e afirmando que “o Estado tem o dever de proteger a saúde dos cidadãos”, deve “providenciar cuidados de saúde mais efectivos a todos os cidadãos” especialmente “quando se trata dos mais desfavorecidos da nossa sociedade, tais como os idosos, os deficientes, os doentes crónicos ou os grandes dependentes, bem como outras situações de particular vulnerabilidade, como os doentes em fase terminal”.

Socorrendo-se de dados estatísticos oficiais, disse que eles permitem “tirar conclusões sobre as políticas de saúde seguidas até então e também avaliar o nível de cuidados prestados” à população”, provando depois, com muitos números, a elevada taxa de mortalidade por 100.000 habitantes, que nos Açores é muito mais elevada que no continente, dos quais se referem, a título de exemplo: por diabetes mellitus – continente 25,3, Açores 54,0; por doenças do aparelho respiratório – continente 54,5, Açores 94,1; por pneumonia – continente 22,8, Açores 45,9; por doença isquémica do coração – continente 58,0, Açores 153,6; por tumores malignos do aparelho respiratório – continente 35,3, Açores 52,8.

O parlamentar afirmou depois que o Governo PS “gastou muito, esbanjou ainda mais e fez gala disso, mas o lado negro da política rosa, em matéria de saúde, está bem plasmado nos dados acima referidos”, concluindo que a Região “marginalizou os cuidados primários de saúde, abandonou os médicos de medicina geral e familiar, nunca apostando no aumento do seu número, negligenciando a sua formação, nunca os prestigiando, tornando-os no parente pobre do Serviço Regional de Saúde”.

ESTE PLANO PODIA E DEVE TER DADO MAIOR IMPORTÂNCIA À TERCEIRA

“Ao longo destes anos temos assistido a um condenável desfasamento entre o momento em que muitos projectos são inscritos nos Planos Anuais e a data da sua verdadeira execução” disse Artur Lima numa intervenção especialmente dedicada à Ilha Terceira, círculo pelo qual foi eleito deputado.

Disse depois ser natural que o Plano para 2006 dê continuidade a projectos em curso, referindo a recuperação do Porto da Praia, a remodelação da Aerogare das Lajes, as construções escolares e a conclusão do Porto de Recreio de Angra, acrescentando que “as novidades são poucas” e “mesmo assim apresentam dotações pouco animadoras quanto ao ritmo das respectivas execuções”. Referiu também exemplos de adiamentos sucessivos, como a escola Tomás de Borba, em S. Carlos e a escola de Angra que são “maus exemplos que não queremos repetidos” em relação à Terceira ou a qualquer ilha dos Açores.

Perguntou depois o que é feito da promessa, feita em 2000, da escola do Ramo Grande, a localizar nas Lajes e lembrou que a construção do novo hospital da ilha Terceira está “em estudos há pelo menos 4 anos” e “a verba inscrita provavelmente não dará para a aquisição dos terrenos”.

Citou como “mau exemplo de falta de rigor e capacidade de execução” a conclusão da via rápida e ligação ao Porto da Praia, como “ritmo demasiado lento” a reabilitação da via rápida Angra-Praia, dizendo aguardar que venha a corresponder “às expectativas criadas e às exigências de segurança”, registando “de forma positiva” a reabilitação da estrada do litoral. “Estupefacção” foi o que resultou de falta de verba para a conclusão da estrada Praia-Lajes e “sistemáticos adiamentos para a Biblioteca Pública e Arquivo Regional”. Artur Lima classificou como “falta de empenho do Governo em relação à Terceira” a falta de equipamento do Porto da Praia e ausência de política da sua valorização, bem como a “exploração geotérmica” e afirmou que a Terceira está marginalizada “em matéria de transporte aéreo”.

(Diários ALRAA números 26,27 e 28)

PLANEAR EM SAÚDE É UTILIZAR OS RECURSOS PARA FAZER FACE ÀS NECESSIDADES DAS POPULAÇÕES

Na sua primeira intervenção, após o regresso à Assembleia, o Deputado Artur Lima, numa intervenção dedicada aos problemas da saúde, fez lembrar que é o próprio Plano Regional de Saúde 2004/2006 a consagrar que “de pouco vale planear se não se assegurar que o plano vai ser orientado, dirigido e alvo de permanente avaliação. O Plano só faz sentido se aqueles que têm a responsabilidade de o operacionalizar, tiverem capacidade de liderança para dirigir, para organizar e para assumir que o controlo é igualmente uma tarefa nobre e indispensável à execução de um plano”.

Afirmou que “a finalidade do planeamento da saúde é sempre organizar” com o “fim de obter uma melhoria do estado de saúde da população”, mas lembrou que a esperança de vida, nos Açores, “é ainda inferior à de Portugal continental e ainda mais em relação à EU (15), segundo dados de 2001”, isto apesar de a nossa Região gastar “cerca de 30% mais em saúde por dia do que no continente português”, o que conduz a “o que parece ser um paradoxo: gastamos mais do que os outros em saúde e vivemos menos tempo”, justificação para perguntar “será que gastamos bem o nosso dinheiro, será que estamos a fazer as melhores escolhas, será que estamos a investir nos programas certos?”.

Artur Lima referiu-se depois aos “cuidados primários de saúde que toda a gente reconhece como a base do sistema”, mas “pouco se tem feito nesta área basilar”, mesmo “relegando para as calendas gregas a educação e promoção da saúde, fazendo tábua rasa da prevenção primária”. *(Diário ALRAA n.º 22)*

Aprovadas por unanimidade duas Resoluções propostas pelo CDS/PP

A primeira encarregou a Comissão especializada permanente de Economia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da apresentação de um Relatório donde constem as medidas já implementadas e das que se visam prosseguir, tendo em vista o aproveitamento dos recursos eólicos dos Açores, com vista à produção de energia.

A outra encarregou a Comissão especializada permanente de Economia da Assembleia, de nas suas funções de acompanhamento da actividade governativa, se ocupar especificamente da verificação das condições em que foi realizado o concurso e procedimento de negociação da adjudicação do serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas nos Açores e de apreciar as condições estabelecidas para a concretização do referido serviço.

CADA ILHA É UMA REALIDADE COM PROBLEMAS CONCRETOS QUE EXIGEM UMA RESPOSTA ESPECÍFICA

O Líder Parlamentar, na intervenção de encerramento do debate sobre as propostas de Plano e Orçamento para 2006, afirmou que “todos devemos ter honra na nossa Região e nas potencialidades dos Açores, mas não podemos cair na tentação de não reconhecer as limitações regionais”, já que “não falar nos problemas não os faz desaparecer” e “uma política de verdade é uma política de responsabilidade”.

Artur Lima considerou que os deputados do PS “se revelaram avessos a qualquer crítica” e “teceram louvores sem medida”, numa “ânsia desmedida de apresentar serviço ao Governo, como que à busca de promoção, a ponto de fazer cair alguns em posturas que o PS outrora condenou e muito bem”. Reconheceu depois que o Plano é o de um “Governo apoiado por uma maioria escolhida pelos açorianos”, que inclui muitos projectos com os quais o CDS/PP “está perfeitamente de acordo”, alguns que “há muito reclamámos e só pecam por tardios” e muitos “já incluídos em vários planos anteriores, sem que tenham sido concretizados”, que, “com um ano completo para ser executado”, com a estabilidade política “de cuja falta tanto se queixou no passado”, com um Governo da República “da sua cor partidária”, terá as condições para “garantir a concretização dos projectos e soluções que nos propôs”, porque “sabemos que este Governo tem o direito de aplicar o seu Programa” cabendo-nos verificar “a conformidade daquilo que foi proposto, com aquilo que vier a ser executado” pelo que “será isso que faremos” porque é “o papel que nos confiaram”.

Referindo-se ao Orçamento o Líder Parlamentar disse que o equilíbrio orçamental está a ser feito “à custa das empresas de capital exclusivamente público, onde se escondem as despesas correntes” e apontou como exemplo “os milhões que, ano após ano, se acumulam como dívida da Saudaçor, sem o correspondente aumento em ganhos para a saúde dos açorianos”.

Artur Lima disse também que “a boa gestão orçamental tem de fazer-se pelo lado da redução da despesa”, mas que nem a proposta, nem a discussão demonstraram as medidas “para reduzir as despesas correntes e combater os desperdícios”. As últimas palavras do Líder Parlamentar antes da votação (abstenção quanto ao Plano e voto contra o Orçamento) foram de que “O CDS/PP tudo fará para que as esperanças de todos os açorianos se concretizem”. *(Diário ALRAA n.º 28)*